

Historicidades mediadas em disputa: o empreendimento político de *Brasil Paralelo* e a ditadura militar ¹

Mediated historicities in dispute: *Brasil Paralelo*'s political enterprise and the military dictatorship

André Bonsanto

*Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM-UFG). Realizou Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Foi analista de Pesquisa da Comissão Nacional da Verdade.
E-mail: andrebonsanto@gmail.com*

Resumo

*Partindo do princípio de que a história está em disputa e sobre ela uma série de agentes e instituições atuam para legitimar as (suas) verdades sobre os acontecimentos no tempo, o presente artigo tem como objetivo problematizar os recentes embates travados em torno da ditadura militar brasileira, tomando como foco o caso da produtora de conteúdo *Brasil Paralelo*. Procuramos analisar como as narrativas sobre o período vêm se reconfigurando conflituosamente a partir da inserção deste agente político num cenário onde a história e a memória da/sobre a ditadura acabam deliberadamente por se confluir e confundir. Com isso propomos discutir e diagnosticar de que forma as historicidades mediadas por *Brasil Paralelo* circunscrevem uma ideologia particular que, entre “mitos” e “verdades”, revisam e até mesmo negam aspectos referentes à historiografia do período, atuando no presente a partir de um empreendimento político bastante evidente*

Palavras-Chave

Historicidades mediadas, Brasil Paralelo, Ditadura Militar.

Abstract

*Assuming that history is in dispute and a series of agents and institutions act on it to legitimize (their) truths about events in time, this article aims to problematize the recent clashes over the Brazilian military dictatorship, focusing on the case of the content producer *Brasil Paralelo*. We tried to discuss how the narratives about the period were reconfigured in a conflicting way from the insertion of this political agent in a scenario in which the memory and the history of/about the dictatorship ends up deliberately gathering and confusing. With this, we propose to discuss and diagnose how the mediated historicities by *Brasil Paralelo* circumscribe a particular ideology that, between “myths” and “truths”, revises and even denies aspects related to the historiography of the period, acting in the present as a very evident political enterprise.*

Keywords

Mediated historicities, Brasil Paralelo, Military Dictatorship.

Introdução: (pós)verdades de uma história vigiada e em disputa

A constatação do historiador francês Marc Ferro, proferida há mais de três décadas,

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “GT - Historiografia da Mídia” do XII Encontro Nacional de História da Mídia - ALCAR, realizado entre os dias 19 e 21 de junho de 2019, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

nunca nos pareceu tão evidente e atual: a história - e suas utilizações políticas – é uma disputa, pois permanece constantemente “vigiada” pelos atores e instituições que a constituem. Àquele momento, Ferro (1989) - um reconhecido historiador do cinema - estava se referindo ao contexto da grande proliferação de conhecimentos históricos produzidos “por outros meios” que não as narrativas historiográficas tradicionais. Estas narrativas, sejam elas audiovisuais, informativas e/ou de entretenimento, seriam de suma importância para democratizar o acesso à informação, mas demandavam ao mesmo tempo um olhar mais rigoroso de seus procedimentos de análise.

No cerne desta questão se colocam as disputas narrativas em torno das “verdades” sobre determinado passado, em um constante embate por legitimação e negociação de sentido. Verdades que discursivamente se pretendem autorizadas pela forma como assumem, em sucessivos e particulares presentes, esferas de reconhecimento entre os atores que as produzem e os diversos públicos que as consomem e ressignificam. Fato é que a verdade, enquanto uma produção discursiva historicamente condicionada, está bastante vulnerável às vicissitudes do poder e da política, sendo também passível a falsidades deliberadas e ao apego da opinião (ARENDETT, 2009). Neste sentido, tanto a verdade quanto o passado, como um discurso da/para a história, acaba muitas vezes se tornando artefato para a configuração de crenças, agendas políticas e/ou mera questão de perspectiva. Esta concepção, potencializada pelo advento de nossa famigerada era da “pós-verdade”, parece esvaziar a própria potencialidade de discursos historicamente autorizados, como a produção de conhecimentos baseados na racionalidade da ciência empírica e orientados por suas instituições e especialistas (DUNKER, 2017; KAKUTANI, 2018; RÊGO e BARBOSA, 2020).

Levando em consideração o atual cenário brasileiro é possível perceber como a história e a verdade vêm caminhando de forma ambígua, tortuosa e muitas vezes paradoxal, entre a memória e a opinião. O próprio presidente Jair Bolsonaro, com suas declarações contundentes, afirmou no início do mandato que seu projeto de governo precisaria, antes de construir, “desconstruir muita coisa” (MENDONÇA, 2019). Este discurso reflete uma política que, desde então, vêm procurando descaracterizar, revisar e até mesmo negar a história recente do país. A ditadura militar no Brasil (1964-1985), sob este princípio, é encarada pelo atual presidente - e por muitos membros de seu governo - como um regime que sequer chegou a existir. Ainda candidato à presidência, Bolsonaro refutou inclusive a própria historiografia brasileira sobre o tema. Questionado pela bancada do “Jornal Nacional” sobre como encarava as interpretações hegemônicas a respeito do golpe e da ditadura, fora bem enfático em seu posicionamento: “deixa os historiadores para lá” (JORNAL NACIONAL, 2018).²

Partindo deste breve e conturbado panorama, o presente artigo tem como objetivo problematizar alguns embates recentes travados em torno das “verdades” sobre o passado ditatorial no Brasil, tomando como objeto de análise a produtora de conteúdo *Brasil Paralelo*, empresa que nos últimos anos vêm produzindo uma série de narrativas históricas deliberadamente revisionista sobre o período. Suas produções, assumidas como de caráter “unicamente informativo” e “totalmente despidas de qualquer ideologia política”³, pretendem se sustentar por um discurso que, paradoxalmente, se aproxima e ao mesmo tempo busca combater as narrativas hegemônicas produzidas pelo jornalismo profissional e a historiografia tradicional. Objetivam, com isso, causar o que definem como o “maior impacto cultural que o Brasil já presenciou”, “resgatando o orgulho” dos brasileiros, na tentativa de devolver uma história que em tese nos teria sido negada.⁴

² Para uma análise mais detalhada sobre o governo Bolsonaro e suas políticas revisionistas/negacionistas da história, consultar as obras de Klem, Pereira e Araújo (2020) e Teles e Quinalha (2020).

³ Brasil Paralelo. Notificação extrajudicial de 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Xef4in> Acesso em 14 abr. 2021.

⁴ Brasil Paralelo. O que de fato é o Brasil Paralelo? Disponível em: <https://bit.ly/2XxhBnT> Acesso em: 14 abr.

A *Brasil Paralelo* também se vangloria por ter surgido e atuado até então como uma empresa independente, que não aceita dinheiro público de qualquer espécie, sendo sustentada unicamente pela adesão voluntária de seus membros e apoiadores. No entanto, é notória a relação de proximidade – e afinidade ideológica - de seus dirigentes com o governo Bolsonaro, tendo suas produções constantemente divulgadas, reproduzidas e legitimadas pela maquinaria bolsonarista de (des)informação (SANTOS e MIRANDA, 2020; ROCHA, 2021), conforme veremos abaixo.

Ciente destas relações, nossa análise irá focar nas produções discursivas da empresa, baseando-se sobretudo em narrativas autorreferenciais e de divulgação dos materiais produzidos sobre a ditadura militar. A proposta é que possamos perceber como as mídias, representadas aqui na figura da produtora, se inserem nos embates para legitimar as (suas) verdades sobre os acontecimentos no tempo, re(a)presentando uma historicidade mediada a partir de claros empreendimentos políticos.

Tomamos como premissa a ideia de que esta história em disputa não se dá unicamente pelo trabalho de uma historiografia tradicional, sendo cada vez mais produzida, contestada e ressignificada por uma série de narrativas, atores e instituições que ora complementam, ora se opõem claramente a estes discursos.⁵ Conforme nos alertou Ferro (1989), é preciso que saibamos problematizar a natureza e as condições de produção destes discursos. Questão fundamental para perceber como estes agentes se inserem nas intempéries da história, procurando, a partir dela, se legitimar e constituir. Evidentemente conflituoso, os usos do passado articulados pelas narrativas midiáticas são regidos por uma “retórica da verdade” que, como bem afirma Silverstone (2002), tem como intuito lembrar, circunscrever e definir uma narrativa particular sobre os acontecimentos no tempo. Isso porque tanto a memória quanto a história precisam ser encaradas como um objeto em disputa, onde lutas são travadas com a premissa de reivindicar passados-presentes que se querem futuro. “Mas que passado, e de quem?” (Silverstone, 2002, p. 231), é o que devemos acima de tudo nos questionar.

Historicidades mediadas: da memória a um lugar na história

Como “rodas de fiar” da modernidade, a tessitura midiática alterou consideravelmente a forma como relacionamo-nos com o tempo, instaurando aquilo que Thompson (2014) definiu como uma “historicidade mediada”. Nossa relação com a história e a memória se configura, de forma cada vez mais eminente, por experiências simbólicas midiáticas, constituindo-nos “proteticamente”, quase que “por tabela” (LANDSBERG, 2004; POLLAK, 1992). Os meios de comunicação acabaram assim por angariar progressivamente uma suposta legitimidade para selecionar, ordenar e enunciar (suas) “verdades” sobre os fatos que relatam, produzindo uma ideia particular de história frente à realidade. A história passa a ser “aquilo que aparece” nas mídias, já que, em tese, seus discursos conquistaram poder e autoridade suficientes para elevar narrativamente seus fatos e acontecimentos à categoria de “históricos”, dialogando com uma série de outros atores e narrativas (RIBEIRO, 2005).

O reconhecido protagonismo exercido pelas mídias frente a este cenário potencializou a reconfiguração da própria historiografia e suas práticas. O historiador Pierre Nora (1989) já

2021.

⁵ Estamos cientes de que toda esta discussão perpassa também a problemática de uma chamada “história pública” na contemporaneidade, cada vez mais permeada por “fazedores de história” que em tese não se identificam como historiadores profissionais. Nosso foco aqui, no entanto, será problematizar como as narrativas midiáticas – vistas como historicidades mediadas em disputa - têm se inserido neste embate para a legitimação de determinados passados-presentes da/sobre a ditadura militar no Brasil. Sobre os debates relacionados à “história pública”, temos como referência obras como as de Almeida e Rovai (2011), Almeida e Meneses (2018), Bauer e Nicolazzi (2016) Malerba (2014) e Meneses (2019).

nos alertava sobre como as mídias, produzindo um outro tipo de percepção sobre o sentido histórico, acabavam por impor o vivido como história, em uma espécie de “vulções da atualidade” que se repetiam à exaustão. Para além do seu potencial de aceleração do tempo, os meios de comunicação podem também ser considerados como um importante “lugar de memória” (NORA, 1984) da contemporaneidade, atuando de forma incisiva na veiculação, reprodução, armazenagem e/ou ressignificação de lembranças e esquecimentos. A memória nas mídias, encarada em seu poder de mediação, passa assim a ser vista não como um simples canal e/ou ferramenta por onde ela se expressa, mas como um dos agentes que acabam por lhes garantir suas potencialidades, enquanto fenômeno dotado de significações (NEIGER, MEYERS e ZANDBERG, 2011).

E é justamente por serem fundamentais neste processo de mediação que as narrativas midiáticas precisam ser encaradas a partir de uma relação muito mais complexa no que toca a sua relação com a história. Isso porque elas podem ser importantes “fazedoras de história” da contemporaneidade. Fato é que os meios de comunicação e suas empresas constroem e rememoram o passado para atender agendas específicas, não necessariamente preocupadas com um labor historiográfico. Daí a importância de se problematizar que parte do passado ou que tipo de expectativa de futuro é trazido aos embates do presente, a partir dessa reconstrução mnemônica. (BONSANTO, 2014)

Estas questões evidenciam como são constituídos, politicamente, os embates a respeito da legitimação de uma “verdade” sobre o passado por parte destes atores. As narrativas midiáticas, ao produzir uma ideia particular de história à constituição de seus textos, realizam uma série de operações que, seja por analogia e/ou problematização de contextos, inserem-se na memória, moldando-se nela e a partir dela. As mídias legitimam assim um papel que vai além da mera mediação e/ou ordenamento da memória. Se elas portam memórias e se dizem autorizadas a reproduzi-las, fazem não apenas para explicar fatos que “aconteceram”, mas para produzir história, sua própria história sobre os acontecimentos no tempo.

Ao partirmos destas premissas conseguiremos situar os meios de comunicação como instituições que procuram, acima de tudo, inserir e legitimar o seu lugar “na história” (BARBOSA, 2016). Suas narrativas, ao se apropriar dos mais diversos acontecimentos ao longo do tempo, mais do que produzir um repositório quase que cristalizado sobre o passado, acabam, na verdade, por potencializar sua temporalidade, abrindo fendas que possuem um “desejo de futuro”, um lugar privilegiado frente àquilo que intenta se reconhecer como histórico. Ao construir narrativamente uma espécie de “memória presumidamente válida”, os meios de comunicação acabariam por se inserir na história dos acontecimentos que relatam, na tentativa de produzir um documento a se cristalizar no tempo. Inserindo-se como um lugar na história, estas narrativas acabam por entrar nos jogos dialéticos da lembrança e do esquecimento, nas disputas por poder, visibilidade e reconhecimento. São discursos que procuram ser reconhecidos de acordo com a forma que se articulam e se (re)apropriam no tempo.

Há de se pensar que nestes embates uma série de narrativas são postas em jogo, onde diferentes “verdades” sobre as interpretações mais legítimas dos acontecimentos acabam por competir entre si. Neste sentido, é preciso que saibamos perceber o eminente potencial histórico que emerge destes relatos, que se constituem por uma espécie de “economia política da veracidade”, como nos alerta a historiadora Morris-Suzuki (2005). Ainda que estas representações possam diferir de uma produção historiográfica dita tradicional, o fundamental é que saibamos analisar o grau de veracidade destes textos, imagens e os mais diversos discursos que a partir daí se produzem.

Isso porque não há na história a produção de uma única e autoritária “verdade” sobre os acontecimentos, mas, pelo contrário, uma sempre aberta e evolutiva relação de veracidade histórica que se dá entre os eventos do passado e as pessoas que produzem sentidos sobre este

passado no presente. Daí a importância de se pensar que, em uma “economia política” de verdades que se pretendem legítimas, existem níveis, formatos e linguagens diferentes no modo como representamos um determinado acontecimento (MORRIS-SUZUKI, 2005).

Problematizar a veracidade enquanto pertencente a uma “economia política” nos faz pensar em um processo de produção de sentido que se dá entre os mais variados agentes e instituições que o produzem e os públicos que o consomem. É pensar que os discursos produzidos sobre determinado acontecimento, sejam eles eminentemente históricos ou não, estão condicionados a uma relação entre fatos, seus relatos e representações, e a maneira como eles pretendem ser percebidos e reconhecidos. Para nós isso diz respeito à questão da autenticidade, da credibilidade e da autoridade de discursos que buscam reconhecimento e legitimação, já que não estamos preocupados necessariamente em definir se aquilo que estas narrativas produzem é de fato uma versão “correta” ou mais “verdadeira”, mas sim *para quem e como* pretendem defini-las como tal, construindo assim uma história particular sobre os acontecimentos no tempo.

A ditadura militar e suas dobras temporais: memória hegemônica e(m) revisionismo

A partir dessa imbricada relação entre história, memória e as narrativas midiáticas, propomos pensar a ditadura militar no Brasil (1964-1985) como um importante “incidente crítico” da sociedade (ZELIZER, 1992), aqueles momentos-chave que proporcionam a seus atores avaliar a constituição de seus próprios discursos, inserindo-se em um embate pela negociação de sentidos, padrões de ação e legitimação de determinadas versões “corretas” do/sobre o passado. A partir de uma “repetição pictórica de imagens chave”, os discursos que se inserem neste processo acabam assim por perpetuar estórias na história, re(a)presentando personagens e contextos, dando novos olhares, silenciando algumas vozes, potencializando outras.

A ditadura enquanto acontecimento se configura, portanto, como um “incidente” que não se limita ao seu contexto de produção, mas na e pela pluralidade temporal e narrativa que a constitui (QUERÉ, 2005). Multifacetada, a ditadura é uma, mas é várias. Ela transborda e se dilata em diversos fluxos de significação. Ainda está a acontecer porque suscita sempre novos questionamentos, ressurgue sob as mais variadas formas e de acordo com as conjunturas em que é acionada. Isso nos evidencia o quanto um acontecimento e os discursos que dele emergem podem ser objeto de disputa e ressignificações. A ditadura militar, encerrada institucionalmente, ainda vive conosco em seus resquícios. Dela sempre nos chegam rastros, (re)suscitados esporadicamente, seja para reforçá-los ou lhes dar novas leituras e interpretações. Como um incidente crítico, foi celebrada, refutada, criticada, nem sempre encarada como digna de reconhecimento ou vista com unanimidade. Instrumentalizada pelos usos e abusos da memória e do esquecimento, da ditadura já se teve orgulho e vergonha. Jornais já pediram desculpas por tê-la apoiado, na tentativa de assim reconfigurar a sua própria história e identidade. (BONSANTO, 2021)

Deste emaranhado de vozes nos chegam rastros que, utilizados no, com e pelo tempo, acabam por configurar mitos, álibis e estratégias discursivas capazes de atuar como uma espécie de “função terapêutica”, visto que podem auxiliar seus atores a suprimir traumas de um passado que se pretende esquecer e/ou até mesmo simplificar. Narrativas-álibi como estas são fundamentais aos agentes que a constituem pois os auxiliam a criar versões políticas mais seguras e “apaziguadoras” sobre os acontecimentos, onde todos acabam por encontrar seu lugar (GROPPO, 2015).

Decorre deste cenário a configuração de uma “memória hegemônica” da/sobre a

ditadura, considerada pelo historiador Marcos Napolitano (2014; 2015) como um discurso repleto de contradições, desvios e revisões de sentido. Esta memória começou a se delinear no momento em que se evidenciava certa orientação de hostilidade em relação ao regime militar, constituída por um processo de afastamento de setores liberais da sociedade e os militares então no poder. Ganhando força a partir do final dos anos 1970, no período de distensão política, e se consolidando nas décadas seguintes, este “divórcio entre antigos sócios” fez com que se legitimasse a imagem dos “vencedores-vencidos” da história (NAPOLITANO, 2014).

Ao se costurar a elementos moderados da esquerda - a saber, aqueles que não compactuavam, por exemplo, com a luta armada e os movimentos de guerrilha -, estes atores, como intelectuais, parcelas do empresariado e do jornalismo profissional, acabaram por se apropriar de elementos e identidades políticas particulares para reconfigurar o seu próprio posicionamento, legitimando-se assim como “resistentes” e, com isso, procurando silenciar um passado colaboracionista em relação ao regime. Há de se perceber, portanto, que a memória hegemônica da ditadura perpassou complexos e contraditórios processos de construção, caminhando ambigualmente entre setores que ora apoiaram, ora enfrentaram o regime, quando não o fizeram muitas vezes concomitantemente, a depender da conjuntura.

Alicerçadas em “dobras” de tempo histórico (Napolitano, 2017), estas memórias comumente realizam pontos de virada, dilatações onde se efetuam revisões críticas e/ou sínteses do que se deve ou não ser significativamente lembrado. Como dobras, são também momentos em que seu processo de ressignificação entra em “tensão máxima”, justamente por causa dos rearranjos que sofrem em seus enviesamentos discursivos. Com isso, podemos perceber como e quando os acontecimentos mudam qualitativamente de sentido, “podendo ser reinterpretados radicalmente, subsumido por outros eventos, apagado da narrativa ou, no limite, inventado ou monumentalizado como tal” (NAPOLITANO, 2017, p. 350).

Em diálogo com as análises de Napolitano (2014; 2015; 2017), realizamos anteriormente um trabalho que buscou problematizar como esta ambígua e muitas vezes paradoxal construção mnemônica emergiu em uma série de discursos produzidos pelas narrativas midiáticas, em especial no jornalismo, com o intuito de produzir determinados sentidos e consensos sobre a ditadura, condicionando as próprias ressignificações destes acontecimentos no tempo. Estas narrativas acabaram por legitimar algumas “verdades” produzidas pelo acontecimento que se imbricaram às próprias verdades do jornalismo brasileiro em sua relação com a ditadura e sua história (BONSANTO, 2021).

Àquele momento, no entanto, já diagnosticávamos uma fissura que começava a se delinear sobre a memória hegemônica em curso, marcada por dois movimentos aparentemente contraditórios. Se por um lado ampliavam-se as leituras críticas e de resistência à ditadura, com políticas de memória que desembocaram inclusive nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), por outro lado, passou-se a configurar um panorama marcado por claros revisionismos ideológicos e historiográficos, quando esta dita memória começou a sofrer uma série de releituras e questionamentos, por mais que muitas vezes ainda dispersos e difusos (BONSANTO, 2021; NAPOLITANO, 2015; 2017).

A mais preponderante destas fissuras pode ser percebida com a emergência do “revanchismo”, um discurso sempre presente nos meios militares e que, de acordo com Napolitano (2015), impulsionou discussões de caráter bastante conservador sobre uma cobrança da verdade em relação ao “outro lado” da história, visto que a memória hegemônica sobre o tema estaria supostamente deturpada, contaminada por uma série de ressentimentos históricos e políticos em disputa. Estes discursos, considerados por Napolitano (2015) como pertencentes a uma faceta de extrema-direita do espectro político, têm chegado a representar a ditadura como uma época nostálgica e de prosperidade, negando práticas de tortura a presos políticos e vendo no autoritarismo uma saída legítima para as constantes crises da democracia brasileira.

Importante ressaltar que esta postura “revanchista” tem se alimentado há décadas de uma memória até então vista como “subterrânea” (POLLAK, 1989), que parecia viver à espreita, na expectativa de um contexto mais favorável para emergir. Desde meados da década de 1980, membros do exército brasileiro vinham trabalhando clandestinamente na compilação do Projeto “Orvil”, livro que pretendia contar o “outro lado” sobre os crimes cometidos pela esquerda brasileira durante a ditadura.⁶ O material de quase mil páginas ganhou certo reconhecimento quando começou a ser divulgado pelo site criado para lançar o livro de memórias do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, “A verdade sufocada - A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, em 2006.⁷ Ustra, um dos mais notórios torturadores da ditadura, falecido em 2015 e que sempre viveu impune, é considerado uma espécie de “herói” da extrema direita brasileira. Citado com louvor no discurso de Bolsonaro, durante sessão do impeachment de Dilma⁸, seu livro passou, desde então, a constar em lista de mais vendidos (MEIRELES, 2016), estampando camisetas e até música rap composta pela juventude reacionária.⁹

O discurso – um tanto quanto ressentido - presente nestas narrativas “revanchistas” se baseia na premissa de que a esquerda armada, apesar de ter perdido a “guerra” revolucionária, ganhou a batalha das ideias, assumindo protagonismo nos campos progressistas, na academia, nas mídias, na política, ao longo de praticamente todo o processo de redemocratização pós-ditadura. Perderam com as armas, venceram com os livros. Este discurso virou espécie de mantra da nova direita que chegou ao poder em 2018, influenciado sobretudo pelo discurso de “Orvil” e pelas teses de seu maior entusiasta, o filósofo-astrólogo Olavo de Carvalho, de quem *Brasil Paralelo* parece ser um de seus grandes adeptos, conforme veremos. Esta seria a base da “guerra cultural” travada pelo bolsonarismo, segundo o argumento defendido por João Cezar de Castro Rocha (2021). Retórica definida, sobretudo, por uma mentalidade conspiratória, motivada por teses revisionistas/revanchistas da ditadura e impulsionada pela ocupação estratégica das ferramentas digitais na internet.¹⁰

Vale pontuar, no entanto, que a própria construção desta “memória hegemônica” da ditadura foi a responsável – direta ou indiretamente - por fortalecer os argumentos de uma narrativa revisionista sobre o período. Algumas teses, legitimadas em parte pela grande imprensa escrita e por setores progressistas da historiografia acadêmica, acabaram por ser apropriadas, de forma enviesada, por discursos mais à direita do espectro político. Foi a “memória hegemônica”, portanto, quem auxiliou a respaldar interpretações utilizadas pela

⁶ O livro em questão se pretende uma resposta e/ou contra narrativa à versão de “Brasil Nunca Mais” - projeto conduzido por Dom Paulo Evaristo Arns e lançado pela editora Vozes em 1985 -, que se tornou um marco por sua apurada sistematização das perseguições, torturas e assassinatos perpetrados pelo Estado brasileiro ao longo da ditadura. Para mais sobre ambos os livros, consultar Figueiredo (2009).

⁷ (Disponível em: <https://www.averdadesufocada.com/> Acesso em: 16 abr. 2021) Além de divulgar informações referentes à obra de Ustra, o site pode ser considerado hoje um portal de notícias bolsonarista, publicando quase que diariamente textos com apologia a seu governo e críticas diretas a seus desafetos. No cabeçalho da página é estampada uma propaganda da 20ª edição do livro, destacando sua importância para se conhecer a “real dimensão dos fatos” sobre a ditadura e para que “a história recente deste país seja revista com imparcialidade,” finalizando com a referência bíblica, espécie de jargão utilizado por Bolsonaro em muitas de suas falas: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32).

⁸ Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. Youtube Estadão. Disponível em: shorturl.at/fnuCK Acesso em: 16 abr. 2021.

⁹ Luiz, o Visitante - #UstraVive (Um Rap Reação). Disponível em: shorturl.at/aclqE Acesso em: 17 abr. 2021.

¹⁰ Neste sentido é interessante também a definição de Sônia Meneses (2020, p. 53) sobre o “fenômeno do bolsonarismo”, compreendido pela autora como um “conjunto de práticas político-midiáticas de extrema direita [que] conseguiu capitalizar em seu favor o ambiente de indignação e desconfiança crescentes no país, a partir de 2013 [e que...] construiu estratégias para se acomodar em um processo de fragmentação política e de desqualificação de mediadores institucionais. Assim, políticos, professores, intelectuais e jornalistas, nessa nova configuração, passaram a ser suspeitos de não falarem a verdade, tendo suas autoridades questionadas pela avalanche de denúncias generalizadas no país.” Veremos logo à frente como este conceito praticamente define o discurso fundador de criação da *Brasil Paralelo*.

própria retórica de *Brasil Paralelo* e que, de acordo com o historiador Demian Melo, se resumem em três premissas básicas sobre o golpe e a ditadura: “1) “esquerda e direita foram igualmente responsáveis”; 2), na verdade, “havia dois golpes em curso” nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito” (MELO, 2014, p. 158).¹¹

Diante do exposto, podemos inferir que as políticas e discursos revisionistas impulsionados pelos agentes bolsonaristas na atualidade estejam nos movendo, ainda que embrionariamente, para a constituição de um novo “ciclo de memória” sobre o passado ditatorial no Brasil. Dialogamos aqui com o trabalho de Atencio (2014), que em sua análise sobre a ditadura brasileira diagnosticou quatro fases que permeiam a produção/circulação de uma cultura da memória e as políticas institucionais no país. De acordo com ela, há de início a *emergência simultânea (1)* de práticas que, casualmente ou fruto de um projeto articulado, criam entre si uma *ligação imaginária (2)*. Como uma espécie de aparelhamento, estas práticas são geralmente associadas em *processos de alavancagem (3)* que acabam por promover agendas específicas, tornando esta conexão algo de fato significativo e adquirindo novas camadas de sentido. Envolvendo públicos para que estes se engajem no seu olhar para com o passado e o presente, a alavancagem irá resultar em um *processo de propagação (4)* destas memórias, abrindo campos que podem, seja a partir de novos suportes ou espaços discursivos, criar concomitante ou conflituosamente um novo ciclo de memórias (ATENCIO, 2014).

Estas fissuras, portanto, não se abrem sozinhas, o que nos faz considerar que as narrativas midiáticas – caso paradigmático de *Brasil Paralelo* – se inserem com um reconhecido protagonismo neste cenário, uma vez que elas alimentam e impulsionam a *ligação, alavancagem e propagação* destes ciclos, quando não atuam como importantes produtoras de discursos sobre um passado que se quer presente. Vejamos agora como este panorama têm se configurado, tomando como exemplo o caso de nosso objeto de pesquisa.

Um Brasil (em) paralelo: mitos e verdades de uma história em disputa

“O *Brasil Paralelo* surge do inconformismo”. É partindo deste suposto incômodo com a realidade brasileira que a produtora se apresentou a seus futuros membros e espectadores. *Brasil Paralelo*, de acordo com a narrativa da empresa, foi pensado num momento em que o país se encontrava em profunda crise política, econômica e social, potencializada por constantes escândalos de corrupção que desaguaram nas revoltas populares de junho de 2013. A partir daí, segue a narrativa, um grupo de jovens se articulou de forma comprometida para melhor compreender a situação vivida naquele conturbado cenário, criando assim sua própria produtora de conteúdos de comunicação, no ano seguinte. Diagnosticaram, a partir de então, que uma série de especialistas, pesquisadores, historiadores e filósofos, com “análises lúcidas” sobre a conjuntura da época estavam se manifestando, mas “por algum motivo [...] não tinham espaço na mídia tradicional.”¹²

Em um momento em que também se potencializava o fenômeno das “fake news”, os membros de *Brasil Paralelo* perceberam que havia uma “incongruência muito grande” entre aquilo que as pessoas manifestavam nas ruas e o que a grande mídia publicava em seus canais. Foi aí que decidiram dar voz a estes atores, “amplificando seus discursos” e

¹¹ Também não pretendemos neste artigo nos ater a uma discussão conceitual mais detalhada sobre o revisionismo/negacionismo histórico. Para mais, consultar nossa obra anterior, Bonsanto (2021), bem como os trabalhos de Sena Júnior, Melo e Calil (2017), Traverso (2012), e Vidal-Naquet (1988).

¹² *Brasil Paralelo*. O que de fato é o Brasil Paralelo? Disponível em: <https://bit.ly/2XxhBnT> Acesso em: 14 abr. 2021.

confeccionando seus primeiros documentários sobre a realidade brasileira. O objetivo era fazer com que os brasileiros, desacreditados, voltassem a sentir orgulho de seu próprio país, já que suas produções pretendiam “desenterrar a memória dos grandes homens” da nação e com isso “devolver a história que nos foi negada.” Assim, *Brasil Paralelo* vangloria-se de ter realizado “a maior curadoria já feita sobre a história do Brasil”, levando mais de dez milhões de pessoas a assistir seus documentários. Seus objetivos, ao produzir esses materiais, pareciam bem claros: “causar o maior impacto cultural que o Brasil já presenciou [...] reverter as mazelas que a nossa cultura sofreu nos últimos anos.”¹³

De maneira bastante incisiva, *Brasil Paralelo* parece surgir pela inscrição de um claro discurso fundador que se coloca como contraponto àquilo que, em tese, seria a narrativa hegemônica constitutiva do imaginário nacional. Funda-se, portanto, na tentativa de deslegitimar supostos “mitos” de uma nação em aparente crise, incapaz de acessar a sua “verdadeira” história. Há a preocupação, por parte da empresa, em produzir um material em clara oposição àquilo que estaria em evidência nos grandes veículos de comunicação e nas narrativas hegemônicas sobre o passado, “devolvendo” a seu público uma história que lhe teria sido impedida de aparecer. Este trabalho, afirmava ainda a produtora, seria realizado pela confecção de conteúdo informativo baseado na “independência”, na “imparcialidade”, de maneira “apartidária” e “desprovido de qualquer ideologia política”:

As produções da *Brasil Paralelo* pretendem revisitar a história brasileira, não para alterá-la à sua própria vontade, mas para derrubar o muro simbólico que permanece erguido nas narrativas que foram legadas à nossa população, e que ainda divide o nosso país. A *Brasil Paralelo* quer resgatar aquilo que a população brasileira não pôde herdar, mas que tem a profunda certeza de que merece saber: a verdade.¹⁴

Quando nos referimos à ideia de um “discurso “fundador”, precisamos perceber que ele nunca se apresenta como lugar estanque, já definido, mas sempre a partir de um embate histórico que é por si só ideológico e político. Discursos fundadores, como bem nos lembra Orlandi (2001), se constituem pela constante “transfiguração” de sentidos. Sentidos que se dão em uma relação conflituosa, entre rupturas e deslocamentos capazes de (re)configurar representações dominantes, hegemônicas e legítimas sobre determinada coletividade e/ou instituição.

Desta forma, o discurso de *Brasil Paralelo* parece se constituir também a partir de uma espécie de “mito” fundador que ele procura, ao mesmo tempo, erigir e combater. Já que a empresa parece se referir a uma história que se impõe a partir de um vínculo interno e atemporal, de um passado como origem, conservado perenemente no presente de forma deturpada e ideologicamente encobridora (CHAUI, 2010). O mito trabalharia, assim, para além da narração pública dos efeitos lendários de determinada coletividade. Em seu sentido antropológico, mitos também atuam como narrativas capazes de construir uma “solução imaginária” para responder a conflitos e tensões que não podem ser buscadas no nível da realidade. Um “mito fundador” é aquele que “não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores, novas ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.” (CHAUI, 2010, p. 09).

Este discurso parece estar baseado sob premissas bastante paradoxais, no sentido de que a empresa aparenta se colocar em cima de um muro que ela mesma pretende derrubar. Ou seja, de acordo com esta perspectiva, existiria uma ideologia dominante responsável por

¹³ Idem. O que de fato é o Brasil Paralelo?

¹⁴ Brasil Paralelo. Notificação extrajudicial de 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Xef4in> Acesso em 15 abr. 2021.

encobrir “a” verdadeira história do país e Brasil Paralelo, de forma comprometida e ao mesmo tempo “imparcial”, iria revisitá-la, não a seu bel prazer, mas para “resgatar” uma narrativa que nos havia sido negada e que todos merecíamos receber. Fato é que o paradoxo desse discurso - deliberadamente esquecem seus autores - é a base constituinte de todo e qualquer discurso ideológico, uma vez que o próprio ato de relatar a sua intenção “não ideológica” nunca é neutra, mas afeta sempre o conteúdo relatado. Neste sentido, a ideologia não deixa de ser uma espécie de “ilusão” que se subjaz a um horizonte de expectativa futura, a uma motivação e um desejo: “derrubar o muro simbólico”, “resgatar a verdade”, são “fantasias”, portanto, que estão diretamente relacionadas a uma realidade que estrutura nossas relações e que acabam por mascarar, inclusive, a própria constituição deste “real” ao qual pertence o discurso (ŽIZEK, 1992).¹⁵

Além disso, é importante pontuar que a ideologia deve ser vista aqui como uma questão de discurso, muito mais do que de linguagem, no sentido de que precisamos nos ater primordialmente aos usos efetivos destas mensagens, suas intencionalidades, às questões de poder que as inserem em contextos sócio-históricos específicos, ainda que conduzidos por relações complexas e conflituosas. Isso significa dizer que, de acordo com Eagleton (2019, p. 25), a ideologia tem mais a ver “com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento”.

Amparados por esta noção de ideologia conseguiremos entender de forma clara como *Brasil Paralelo* intenta situar seus discursos. Posicionamento que se torna bem evidente quando se dá o início da divulgação do filme “1964: O Brasil entre Armas e Livros”, documentário lançado pela empresa em março/abril de 2019. Considerado, por eles próprios, como o “maior documentário já feito sobre o período” da ditadura, a produção tinha como principal objetivo “esclarecer e jogar luz no que foi escondido”: “chegou a hora de revelar tudo o que foi manipulado e derrubar os véus que mascaram a verdadeira história do Brasil”.¹⁶

De acordo com a narrativa da empresa, foram os “terroristas” revolucionários da esquerda que, findo o período ditatorial no Brasil, “trocaram as armas por palavras” e começaram a reescrever a (sua própria) história para tomar o poder. Uma “revolução cultural” que tinha também o intuito de “desmoralizar” as forças armadas, negando à nação o acesso de sua “verdadeira história”:

Sem nenhum exagero, a narrativa que tomou o Brasil sobre 1964 é uma *inversão completa e cínica da realidade*, dando foros de certeza ao que é mera conjectura, quando não invencionice, e ocultando montanhas de fatos decisivos. Um trabalho de anos *baseado em desinformação* que foram repetidas inúmeras vezes até serem assimiladas como verdades. *Essa propaganda ocupou os livros, as universidades, as escolas, a mídia e ganhou o status de verdade incontestável*. O intelecto e a política do país sofrem os sintomas dessas manipulações até hoje. [...]

¹⁵ A própria empresa parte de uma analogia entre o discurso “real” e o “fantasioso” para exemplificar a sua atividade pretensamente não ideológica quando, ao anunciar um de seus documentários, faz uma referência ao filme *Matrix*: “*Matrix* é um sistema inteligente e artificial que manipula a mente das pessoas e cria a ilusão de um mundo real enquanto usa os cérebros e corpos dos indivíduos para produzir energia. Parece loucura, né? Viver em uma realidade alternativa com base em fatos criados por uma máquina. Pois bem, evidentemente não vou dizer neste e-mail que você viveu até então em uma *Matrix*, que a sociedade é dominada por máquinas ou alguma outra ideia que remeta a uma teoria da conspiração. Mas quero fazer você refletir sobre um ponto bem específico: senso de realidade. Que critérios você utilizou ao longo de sua vida para criar o seu senso de realidade? Os ensinamentos da escola? Os programas da TV? A opinião comum sobre a história e origem do brasileiro?” (Por que o Brasileiro Desconhece sua Verdadeira História? Confira. *Newsletter Brasil Paralelo*, recebido pelo autor por e-mail em 21 de fevereiro de 2019.)

¹⁶ O comunismo no Brasil não é mais o mesmo. *Newsletter Brasil Paralelo*. Recebido pelo autor por e-mail em 09 de março de 2019.

*Até hoje... O documentário 1964: O Brasil Entre Armas e Livros cumpre um marco para nossa história. Este material é o divisor de águas que separa os fatos de ideologia, derrubando mentiras e chamando as coisas por aquilo que elas realmente são. [...] Este documentário é uma pedra no vespeiro que, desde sua primeira citação, já causa agitação naqueles que sustentam suas crenças em mentiras. Mas agora a brincadeira acabou. Estamos diante de um público mais consciente que, desmoralizada a farsa do comunopetismo, já não se deixa intimidar servilmente por mentiras. O povo brasileiro realmente terá acesso àquilo que foi negado durante tanto tempo.*¹⁷

Aqui é possível perceber sob que termos Brasil Paralelo pretende se posicionar neste embate: as narrativas sobre o passado ditatorial no Brasil estão circunscritas por uma clara dicotomia entre a realidade factual e a mera ilusão ideológica, entre a mentira baseada em “mitos” e a “verdade”. Esta verdade nos seria revelada, segundo a narrativa da empresa, pelo resgate e divulgação de uma documentação até então “escondida” da população, baseada no livro “1964 – O elo perdido: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista”, publicado em 2017 por Mauro Abranches Kraenski e Vladimir Petrilak. Documentos presentes no livro revelariam assim como membros do então serviço de inteligência da Tchecoslováquia (StB) executavam trabalhos de vigilância no Brasil, legitimando a tese de que o golpe de 1964 fora na verdade uma espécie de “contragolpe” para impedir a marcha inelutável de um golpe comunista em curso.

Não vamos nos ater aos méritos dessa narrativa historiográfica, por si só relativamente questionável. Estamos mais preocupados em problematizar os aspectos discursivos-ideológicos, para além de seus significantes da linguagem, problematizando *quem* está falando, *para que* e sob quais conjunturas. Ainda assim, não podemos negligenciar que a tese aqui apresentada se baseia explicitamente nas premissas revisionista sobre a ditadura, exploradas pela “retórica bolsonarista” em emergência no país. Ao afirmar, conforme vimos, que o golpe de 1964 fora na verdade um “contragolpe” para minar os avanços de um inevitável golpe comunista em curso, *Brasil Paralelo* nada mais faz do que respaldar-se sob narrativas de projetos como “Orvil” e nas teses “revanchistas” dos militares. Vale por isso também esclarecer que o material de divulgação do documentário citado acima, assinado apenas como “Equipe Brasil Paralelo”, é na verdade uma adaptação do prefácio à obra de Kraenski e Petrilak escrito por Olavo de Carvalho, considerado uma espécie de “guru” da nova direita e do bolsonarismo, da qual Brasil Paralelo tem se mostrado um de seus grandes expoentes (ROCHA, 2021).¹⁸

Segundo Olavo de Carvalho, neste mesmo prefácio, a narrativa do livro destrói um “mantra”, repetido “com a constância de um devoto recitando preces jaculatórias”, de que o golpe de 1964 teria ocorrido sob influência do governo norte-americano. Era a “prova cabal e definitiva” do “engodo” produzido pelo “beautiful people jornalístico e universitário”, narrativa que iria destruir definitivamente a “mitologia dominante” e sobrepor a “lenda” à “realidade”: “Este livro, sozinho, vale mais do que toda a bibliografia consagrada sobre os

¹⁷ Por que a esquerda obteve a maior vitória no regime militar? *Newsletter Brasil Paralelo*. Recebido pelo autor por e-mail em 12 de março de 2019. Grifo nosso.

¹⁸ Além de Olavo de Carvalho, as produções do *Brasil Paralelo* contavam frequentemente, àquele momento, com a participação e colaboração de membros da bancada do Partido Social Liberal (PSL), que incluíam o próprio presidente Jair Bolsonaro – agora sem partido - e seus filhos. Eduardo Bolsonaro, deputado federal eleito pelo PSL-RJ, chegou inclusive a fazer propaganda deste documentário da empresa em seu twitter, noticiado posteriormente por *O Globo* como uma propaganda feita pelo deputado em apologia à ditadura. Este acontecimento rendeu uma notificação extrajudicial de Brasil Paralelo, exigindo ao jornal carioca seu direito de resposta pelas “acusações falsas” recebidas. Utilizamos este processo, enviado por email via newsletter da própria empresa, em algumas passagens de nosso trabalho

acontecimentos de 1964.”¹⁹

Entre “mitos” e “verdades”, a narrativa construída parece nos evidenciar que existe uma forma diferente de enxergar os fatos, baseada em uma outra realidade, paralela, a de um *Brasil Paralelo*. Isso porque subentende-se existir, inclusive, uma outra verdade, situada sob um espectro de onde não pode existir sequer diálogo, confronto, embate, uma vez que tudo o que até então fora produzido sobre a história do período se reduz ao nível da manipulação, da propaganda e da desinformação. Assim, parece que a empresa procura destruir “mitos” na tentativa de legitimar outros, que se inscrevem como verdades quase que irrefutáveis.

Novamente podemos retomar à discussão sobre ideologia – tão veementemente refutada pela empresa – para pensar que, por mais que discursivamente intencionada e ligada às relações de poder, não há como encarar suas operações como algo deslocado de uma realidade que lhe garante inteligibilidade. Desta forma, ideologias precisam ser mais do que meras “ilusões impostas”, se pretendem dar algum sentido à experiência das pessoas e se tornar eficazes neste processo de legitimação simbólica. Se há um caráter eminentemente conflituoso em toda lógica discursiva, não devemos negligenciar que o conflito pressupõe certo acordo mútuo entre as diferenças. Como sagazmente nos alerta Eagleton (2019, p. 30), “não há conflito político entre nós se você afirma que o patriarcado é um sistema social censurável enquanto eu sustento que se trata de uma pequena cidade no interior do estado de Nova York.”

Quanto mais o discurso de *Brasil Paralelo* procura se (a)firmar por seu caráter “não ideológico”, mais ele acaba, portanto, por situar suas “verdades” no âmbito dos “mitos” que pretende combater. Um outro exemplo pode nos auxiliar a perceber como a empresa circunscreve seus discursos neste embate pela legitimação de uma narrativa “verdadeira” sobre a história do período. O livro “Entre mitos e verdades: a história do regime militar”, lançado em 2018 pela produtora e divulgado de forma gratuita em formato de ebook, afirma o seguinte em seu preâmbulo:

Convertidas em flancos de batalha, *as ciências sociais se tornaram vítimas de investigações enviesadas*, que até hoje ressoam em nossa maneira de ver e perceber o passado e, conseqüentemente, o presente. *Em meio à digladiacão desenfreada, raros foram os documentos que permaneceram isentos*, salvos de intervenções de um e outro lado. [...] *A criação de narrativas distorcidas e a disseminação de mitos acerca do passado se metamorfosearam na nova estratégia para a conquista do poder*. Sob a inspiração de um ponto de vista deturpado, uma parcela majoritária dos historiadores adotou uma interpretação sobre os acontecimentos desse período que nem sempre se manteve fiel à veracidade dos fatos. *Entre mitos e verdades, a história do Regime Militar virou panfleto político, fábula de relato parcial e impreciso*. A integralidade dos acontecimentos foi deixada para trás. Chegou a hora de resgatar a outra parte, silenciada, dessa trajetória. (BRASIL PARALELO, 2018. p. 7-8. Grifo nosso).

Mais uma vez é possível perceber como *Brasil Paralelo* circunscreve ideologicamente seu discurso. Para eles, o que se produziu até agora sobre a história do regime militar foram interpretações enviesadas, distorcidas, “mitos” que deturparam e encobriram “verdades”, que impediram que encarássemos nosso passado e presente de forma comprometida. Transformada em “panfleto político”, a “verdadeira” história do período precisava ser resgatada em sua integralidade, e era isto que aparentemente o livro pretendia construir. No entanto, a narrativa em questão, de forma bastante descritiva e superficial, percorre o período

¹⁹ CARVALHO, Olavo de. Prefácio ao livro de Mauro Abranches e Vladimír Petrilák sobre a atuação da KGB no Brasil. Puggina.org. Conservadores e Liberais. Disponível em: shorturl.at/jqzR5 Acesso em 15 abr. 2021.

em três breves capítulos, que procuram desconstruir supostos mitos a partir dos seguintes fatos: “Fato 1: A ameaça Comunista nunca existiu; Fato 2: O Regime Militar foi um Golpe, pois não teve apoio popular; Fato 3: Os grupos guerrilheiros lutavam pela democracia.” (BRASIL PARALELO, 2018, p. 4)

Frisamos novamente que não é intenção deste artigo realizar uma discussão estritamente historiográfica sobre a ditadura militar. O que buscamos problematizar é de que forma *Brasil Paralelo* procura se inserir neste embate, na tentativa de legitimar certas “verdades” sobre o período. Mas é importante ressaltar, uma vez mais, que os “mitos” discutidos aqui nada mais são do que as teses básicas sobre a ditadura que a mais recente onda revisionista vem buscando resgatar (MELO, 2014), num diálogo muito próximo com a “retórica bolsonarista” (ROCHA, 2021), e que o livro – assim como o documentário citado acima – resume, em linhas gerais, da seguinte forma: 1) Houve um “contragolpe” dos militares àquele momento para evitar um eminente golpe comunista em curso no país; 2) Portanto, o termo “golpe” é relativo, uma vez que os militares contaram com considerável apoio popular, tanto da esquerda liberal quanto da direita; 3) A esquerda revolucionária – aquela que perdeu com as armas, mas venceu na batalha ideológica, assumindo o poder político, as instituições, a imprensa, as universidades, o país como um todo, no pós-ditadura – jamais buscou saídas “democráticas” na sua luta contra o regime (BRASIL PARALELO, 2018).

A questão é que, se antes havia uma investigação “enviesada” desta história, como afirmara a empresa, agora produz-se uma narrativa “paralela” que sequer chega a fazer uma revisão crítica do período. Isso porque a obra não realiza minimamente um diálogo, conflituoso que seja, com a historiografia que pretende combater. As referências bibliográficas, listadas nas duas últimas páginas do livro, citam apenas sete sites da internet, em sua maioria verbetes biográficos/enciclopédicos produzidos pela Fundação Getúlio Vargas e que são utilizados meramente para um caráter contextual. Novamente, ao que parece, *Brasil Paralelo* procura desconstruir “mitos” produzindo os seus próprios e, com isso, acaba por esvaziar a própria potencialidade histórica do evento que pretende analisar.

A “verdade” que se produz por esta narrativa nos faz lembrar da clássica análise barthesiana sobre os mitos, que são discursos capazes de “evacuar o real” da história, tornando-a purificada, simplesmente “constatada”, sem ser explicada, pois decorrente da mera natureza das coisas. Mito que atua, neste sentido, a partir de uma economia simbólica que abole complexidades, que se dá por uma essência ao nível do imediato, organizando “um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias” (BARTHES, 2001, p. 164).

Com os mitos não mantemos necessariamente uma relação de “verdade”, mas de “utilização”, que as (des)politiza para responder a demandas e necessidades específicas (BARTHES, 2001). Acreditamos nos mitos a partir de uma relação que de certa forma transcende o “verdadeiro” e o “falso”, o “real” e o “ficcional”, porque somos constituídos, como bem pontua o historiador Paul Veyne (2014), por uma pluralidade de modalidades de crença, por um programa heterogêneo de verdades muitas vezes construídas e inventadas. A verdade do mito, desta forma, pode partir de algo imaginado, de uma “informação aceita com base na fé no outro” (VEYNE, 2014, p. 55) Pensar a verdade do mito sob esta perspectiva pode nos ajudar a deslocar a própria noção de ideologia para seu aspecto mais afetivo, capaz de orientar práticas significantes que atingem diretamente nossos vínculos sociais. Esta visão, oriunda de filósofo Louis Althusser, enxerga a ideologia como algo que “expressa uma vontade, uma esperança ou uma nostalgia, mais do que descreve uma realidade”, tudo isso na deliberada tentativa de, muitas vezes, apresentar as “coisas como elas realmente são.” (EAGLETON, 2019, p. 35).

Mas o fundamental aqui é percebermos que - justamente por estar inserida nestas modalidades plurais de crença - a verdade não pode ser encarada histórica, social e discursivamente sob os mesmos princípios e valores. De acordo com esta perspectiva, nada pode ser considerado “real” ou “fictício” por si mesmo, por sua diferença objetiva, mas pela forma como nós a subjetivamos e utilizamos dentro destas modalidades. É assim que podemos ler “Alice no país das maravilhas”, por exemplo, e acreditar nela: partindo de um outro regime de verdade que não o da história propriamente dita. Existem, portanto, múltiplas “economias políticas” da verdade (MORRIS-SUZUKI, 2005) que se condicionam sob diferentes perspectivas e que devem, justamente por isso, ser colocadas em seus devidos termos. Digamos com isso que, também de forma bastante sagaz como pontua Veyne (2014, p. 39), podemos acreditar tanto no mito quanto na história, “mas não no lugar da história nem nas mesmas condições que na história; as crianças também não exigem de seus pais o dom da levitação, da ubiquidade e da invisibilidade que atribuem a Papai Noel. Crianças primitivas e crentes de toda espécie não são ingênuos.”

A discussão e legitimação da verdade ocorre sempre no interior de um programa específico. Negligenciando estas premissas, os “falsários” da história seriam aqueles que, ainda de acordo com Veyne (2014), acabam por falsificar a verdade histórica por se inserir em um outro programa de “verdade” - diferente daquele que eles pretendem combater -, ao mesmo tempo em que se assumem como pertencentes ao próprio regime de seus opositores. É o que parece fazer *Brasil Paralelo*, de uma maneira um tanto quanto paradoxal: ao negar o próprio regime de verdade em que está inserido, ele procura desconstruir “mitos” criando os seus próprios. Não há um embate transversal, feito com o intuito de reconstruir e/ou deslegitimar estas verdades, uma vez que sua narrativa parece seguir um caminho “paralelo” ao debate que se apresenta. De um regime de verdade a outro, *Brasil Paralelo* parece se sustentar justamente neste “entre” que separa o mito da verdade.

Mesmo se situando nos limites da imaginação e da crença, “verdades” deliberadamente construídas devem ser pensadas historicamente, circunscritas no âmbito do poder e da cultura, já que são capazes de orientar nosso ser e estar no mundo e de erguer as paredes que erigem os programas de verdade sob os quais nos constituímos. O falsário, neste sentido, seria aquele peixe que “por razões de caráter, não entrou no aquário certo; sua imaginação científica segue métodos que não estão mais no programa.” (VEYNE, 2014, p. 168). A verdade do/no mito acaba por se tornar assim uma espécie de ideologia política, a verdade retórica de um (re)conhecimento interessado, sustentado por uma “vontade de potência” imanente a toda e qualquer narrativa que se pretende credível, legítima e autorizada.

Considerações finais: a vontade de verdade como um empreendimento político?

Se a história é uma disputa, como bem pontuamos na introdução deste trabalho, o que se procurou aqui foi perceber de que forma ela se situa num embate que está claramente circunscrito. Entre mitos e verdade, os discursos que *Brasil Paralelo* vêm produzindo sobre a ditadura militar devem, portanto, ser problematizados a partir de uma “economia política” própria, pois condicionados aos seus mais diversos regimes de verdade e modalidade de crenças. Mais do que evidenciar o teor destes discursos, como se na tentativa de realizar uma análise crítica da ideologia, em seu caráter simbólico, buscamos neste trabalho evidenciar a própria ideologia que os constitui. Buscamos com isso inserir *Brasil Paralelo* num embate que ele, deliberadamente, parece se esquivar. Um embate que se constitui ideológica e intencionalmente pela legitimação de determinadas “verdades” e é ocupado por interesses sociais, políticos, simbólicos, que nunca são trans-históricos e desinteressados.

Talvez por estar ciente disso é que o historiador Vidal-Naquet (1988) nos alerte sobre o seguinte: é preciso sempre discutir *sobre os* revisionistas da história, considerados por ele como uma espécie de “assassinos da memória”. É fundamental que saibamos analisar seus textos, seus lugares específicos de produção discursivo e ideológico, nos questionando sobre por que e como eles aparecem, e sob quais conjunturas. Não devemos, contudo, segundo ele, discutir *com os* revisionistas, já que precisaríamos manter certa coerência intelectual de nosso ofício, nos situando no mesmo regime de verdade que sustentaria nossas crenças. Acreditamos, no entanto, que para além de “assassinos” da memória, atores como *Brasil Paralelo* se articulam como um de seus mais importantes “empreendedores” (Jelin, 2002), agindo como se fossem capazes de julgar por si próprios as condutas do “certo” e do “errado” em determinada sociedade. Se utilizando da memória a partir de um claro ritual de empreendimento político, esses agentes não necessariamente as “assassinam”, mas reivindicam de forma clara um lugar específico na história, com o intuito de legitimar certa autoridade sobre as (suas) “verdades” de um passado que se quer futuro.

Se existe uma coisa que merece o nome de ideologia, essa coisa é a verdade” (VEYNE, 2014, p. 183), e é por isso que precisamos nos direcionar a ela de forma comprometida. Não podemos negligenciar o trabalho destes “empreendedores” se quisermos perceber como vêm se configurando estes urgentes e complexos embates em torno de um acontecimento tão fundamental à nossa coletividade. A ideologia, bem como a verdade, deve ser vista assim em seu papel mediador. Ela tanto mobiliza quanto justifica nossas práticas e sistemas de crença. Ela é algo que (se) opera em nós, que nos habita e constitui. Pensada sob seu caráter fenomenológico, a ideologia se torna inseparável da existência social. Tratar um discurso, seus desdobramentos e intencionalidades como possivelmente não ideológicos se consistiria, nas palavras do filósofo Paul Ricoeur (1990), na mais “estéril lucidez”. Não há grupos sociais sem um projeto de vida, sem representação de si. Encará-los dessa forma seria nada mais do que perceber a história e seus acontecimentos como algo insignificante, nos impossibilitando de agir e intervir politicamente na (re)produção dos significados do mundo.

Referências

- ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. **História pública em debate**: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009.
- ATENCIO, Rebecca. **Memory’s turn**: reckoning with dictatorship in Brazil. Madison: The University of Wisconsin Press, 2014.
- BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**, 35(1), p. 7-26, 2016.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2001.
- BAUER, Caroline S.; NICOLAZZI, Fernando F. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia História**, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016.
- BONSANTO, André. Para além do rascunho: jornalistas “fazedores de história” e as lembranças do golpe de 1964, cinquenta anos depois. **Revista Lumina**, vol.8, nº 2, dez, 2014.
- BONSANTO, André. **A verdade dita é dura**: “Histórias da verdade” do/no jornalismo e a

- ditadura militar no Brasil. São Paulo: Editora Dialética, 2021.
- BRASIL PARALELO. **Entre mitos e verdades**: a história do regime militar. Brasil Paralelo, 2018.
- CHAUI, Marilena. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, SP: Editora Perseu Abramo, 2010.
- DUNKER Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian. (et al.) (org.). **Ética e pós-verdade**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2017.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.
- FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1989.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho**: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GROPPO, Bruno. Amnésia, repressões, mitos: como se conta o passado após uma ditadura. In: ZACHARIADHES, Grimaldo. (org.) **1964 - 50 anos depois**: a ditadura em debate. Aracaju, SE: Edise, 2015.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de lamemoria**. Madrid y Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002.
- JORNAL NACIONAL. Jair Bolsonaro é entrevistado no Jornal Nacional. **G1**, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/2AkNS8C> Acesso em: 14 abr. 2021
- KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2018.
- KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus; ARAÚJO, Valdei. (Orgs.) **Do fake ao fato**: (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- LANDSBERG, Alison. **Prosthetic memory**: the transformation of American remembrance in the age of mass culture. New York: Columbia University Press, 2004.
- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **Revista de História da Historiografia**, n. 15, p.27-50, 2014.
- MEIRELES, Maurício. Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país. **Folha de S. Paulo**, 03 jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2YUrAqw> Acesso em: 17 abr. 2021.
- MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian. (org). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2014.
- MENDONÇA, Ricardo. Antes de construir é preciso “desconstruir muita coisa” no Brasil, diz Bolsonaro nos EUA. **O Globo**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3dhjUAT> Acesso em: 14 abr. 2021.
- MENESES, Sônia. Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a história. In: KLEM, Bruna S.; PEREIRA, Mateus; ARAÚJO, Valdei. (Orgs.) **Do fake ao fato**: (des)atualizando Bolsonaro. Vitória: Editora Milfontes, 2020.
- MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 66-88, 2019.
- MORRIS-SUZUKI. **The past within us**: media, memory, history. London; New York: Verso, 2005.

- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo, SP: Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). **Estudos Ibero-Americanos**, 43(2), p. 346-366, 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, 8(15) p. 9-44, 2015.
- NEIGER, Motti; MEYERS, Oren; ZANDBERG, Eyal. **On media memory: collective memory in a new media age**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. La République. Présentation. Entre mémoire et histoire. Paris: Gallimard, 1984.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1989.
- ORLANDI, Eni. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, 5(10), p. 200-212, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- QUERÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n.6, p. 59-75, 2005.
- RÊGO, Ana Regina; BARBOSA, Marialva. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto. **Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade**. Rio de Janeiro, RJ: E-Papers. 2005.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora e Livraria Caminho, 2021.
- SANTOS, Mayara A. M.; MIRANDA, João E. B. (Orgs.) **Nova direita, Bolsonarismo e Fascismo: reflexões sobre o Brasil Contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demain Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.
- TELES, Edson; QUINALHA, Renan. (Orgs.) **Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.
- VEYNE, Paul. **Os gregos acreditavam em seus mitos?** Ensaio sobre a imaginação constituinte. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros**

ensaios sobre o revisionismo. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body:** the Kennedy assassination, the media, and the shaping of collective memory. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

ŽIZEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem:** o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1992.